

Professor: Arnin Braga

Disciplina: História da Filosofia Moderna I

Semestre: 3º de Filosofia

**O CETICISMO DE DAVID HUME:
O HÁBITO E A CRÍTICA AO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE**

1. TUDO COMEÇA PELAS IMPRESSÕES: CRÍTICA AO CONCEITO DE IDEIA

Em sua obra *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, o filósofo escocês David Hume leva o empirismo à um nível radical. Segundo ele, não podemos conhecer os objetos em si, somente as impressões que nossos sentidos têm deles. As impressões são as experiências que captamos de forma viva, como por exemplo: as cores, a solidez, a maciez, etc. Tais impressões são o material mais simples, elementar e primário do conhecimento. Todo conhecimento, segundo Hume, inicia-se das impressões.

Depois que nossos sentidos tem impressões das coisas, surgem então as ideias. Estas, afirma Hume, são fracas representações racionais das experiências fortes dos sentidos. Primeiramente o ser humano tem a experiência forte de algo sólido (impressão), para depois a razão humana fazer uma representação desta impressão, criando a ideia de solidez. A partir dessa constatação, Hume encontra-se com as seguintes problemáticas: se tudo é conhecido por meio das impressões do sujeito, existem realmente objetos externos fora do sujeito, que possam produzir essas impressões e, posteriormente, as ideias? Existe uma causa externa que produz as impressões no sujeito e, conseqüentemente, as ideias?

Para Hume, é impossível para o ser humano responder a estas questões, pois, como vimos, todo conhecimento humano está fundamentado nas impressões. É impossível, segundo o autor, sabermos se as ideias produzidas por nossa razão possuem ou não um valor real fora do sujeito. Este é o primeiro aspecto do ceticismo de Hume, que se choca principalmente com a base do pensamento dos racionalistas: o conceito de ideias claras e distintas. Para Hume, é impossível sabermos se as ideias possuem um valor externo ao sujeito, que ultrapasse sua mera função de organizar o conteúdo das impressões dos sentidos.

2. A CRENÇA E O HÁBITO: CRÍTICA AO CONCEITO DE SUBSTÂNCIA

Segundo Hume, a única coisa que podemos de fato conhecer são as impressões agrupadas que nossos sentidos nos fornecem. Essas sensações agrupadas – cuja causa externa é impossível de se conhecer – são organizadas em nós não pela razão (como afirmava Locke quando discorre sobre as “Ideias Complexas”), mas por uma estrutura de nossa própria experiência sensitiva, de nosso próprio psicológico: a crença ou o hábito. Em outras palavras, para Hume nossas percepções e impressões dos objetos não ocorrem de forma aleatória, mas sempre sucedem de uma forma organizada e agrupada (exemplo: a fumaça não é percebida por nós em um caso onde há fogo, e em outro caso onde não há. Mas sempre percebemos fumaça onde há fogo. Ou seja, essa impressão sempre ocorre em nós seguindo certa regularidade). Os filósofos antigos, segundo Hume, captaram essa regularidade, mas atribuíram sua origem à uma ordem interna nos próprios objetos (conceito de substância) ou à uma causa externa que produz o movimento (princípio da causalidade). No entanto, para o filósofo escocês, essa regularidade existente nos fenômenos não parte nem do conceito de substância nem de um princípio de causalidade (propriedades dos objetos), mas do hábito (propriedade do sujeito): nossos sentidos sempre percebem a fumaça surgindo quando há fogo, logo, passamos a atribuir essa repetição e regularidade entre fumaça e fogo não porque há um princípio racional de causalidade, mas simplesmente porque estamos acostumados e habituados a ver o fenômeno ocorrer sempre dessa maneira e não de outra.

No entanto, na maioria das vezes o ser humano não tem consciência deste hábito, e costuma atribuir a origem dos fenômenos à conceitos racionais como o de substância. Para Hume, o conceito de substância é apenas uma ideia fraca inventada pelo ser humano. É uma ficção da qual não podemos demonstrar nenhum valor real. Como ele afirma em sua obra *Tratado Sobre a Natureza Humana*:

Não temos, portanto, nenhuma ideia de substância divina distinta da coleção de qualidades particulares, nem temos outro conteúdo ou significado quando falamos ou raciocinamos sobre ela. A ideia de uma substância (...) não é mais que uma coleção de ideias simples que estão unidas pela imaginação e que possuem um nome particular, pelo qual podemos evocar essa coleção para nós e para os demais. (tradução nossa)¹

¹ HUME, David. *A treatise of human nature*. Oxford: Clarendon press, 1978, p. 402.

3. CRITICA AO PRINCIPIO DA CAUSALIDADE

Tanto a filosofia antiga e medieval, quanto os racionalistas modernos, basearam-se no princípio da causalidade para explicar como a realidade pode ser conhecida pelo ser humano. Este princípio se baseia em três premissas:

- *Contigüidade espaço-temporal*: vemos a água ferver e vemos o fogo próximo da água ao mesmo tempo no espaço. Isso nos leva a crer que há uma relação entre o fogo e a água que ferve.
- *Sucessão temporal*: primeiro acendemos o fogo e, depois, vemos a água ferver. E essa constatação a outra relação entre ambos.
- *Nexo causal*: é a conexão necessária entre os dois objetos: o fogo e a água. A partir dessa conexão necessária ou nexo, afirmamos: o fogo é a causa de que água possa estar fervendo.

A partir destes três momentos se forma o chamado “Princípio da Causalidade” que é necessário em qualquer argumentação filosófica que busque certeza. Em suma, podemos definir tal conceito da seguinte maneira: todo efeito que não tem sua razão de ser em si mesmo foi causado ou produzido por uma causa externa a ele. Em outras palavras, a água não se ferve por si mesma, logo, ela exige uma causa externa para sua fervura, a saber, o fogo.

A crítica de Hume ao princípio da causalidade, presente em sua obra *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, fundamenta-se na seguinte observação: é possível constatar empiricamente as duas primeiras relações (a “contigüidade espaço-temporal” e a “sucessão temporal”), mas é impossível afirmar com segurança a terceira: o “nexo causal”. Hume lança as seguintes provocações: quem nos autoriza a pensar que necessariamente é o fogo o que faz a água ferver? Há como comprovar que isso ocorrerá sempre utilizando-se de nossas impressões? Segundo Hume, isso é impossível. Porque é impossível ao ser humano fazer todas as experiências possíveis de fervura da água para saber se ela realmente vai ferver em contato com fogo. Logo, só podemos afirmar que “o fogo é a causa da fervura da água” pelo hábito. Isto é, porque estamos habituados a ver o fenômeno sempre ocorrer dessa forma. Mas não podemos ter nenhuma certeza de que ele sempre ocorrerá dessa maneira. Como afirma o autor:

“Que todas as conclusões referentes aos fatos estão fundados na experiência, e que todos os raciocínios experimentais estão fundados na suposição de que causas semelhantes dão lugar a efeitos semelhantes e que efeitos semelhantes dão lugar a causas semelhantes [...] mas depois de haver-me encontrado com as imperfeições e até com as contradições em que cai a razão humana ao tratar de outros muitos assuntos que são próximos a nós, não posso esperar que suas frágeis conjecturas

alcancem maior êxito em uma questão tão sublime e tão apartada de nossa esfera de observação [...]. Seria difícil de explicar como pode se dar este tipo de argumento quando os objetos, como ocorre neste caso, são únicos, individuais, carentes de paralelo ou de semelhança específica. Haverá alguém que se atreva a dizer que um universo organizado deve surgir de um pensamento e uma arte semelhantes aos do homem, porque temos a experiência desse fato. Para aceitar um raciocínio assim, necessitaríamos como requisito haver tido uma experiência sobre a origem dos mundos, e não bastaria, certamente, que tivéssemos visto que os barcos e as cidades são produtos da arte e do pensamento humano”² (tradução nossa)

Segundo Hume, da realidade não podemos inferir nenhuma certeza, apenas probabilidades: é provável que o fogo sempre ferva a água, porque estamos habituados a ver isso ocorrer sempre. E este é o segundo aspecto do ceticismo de Hume: não podemos alcançar certeza, apenas probabilidades.

² HUME, David. *Diálogos sobre la religión natural*. Buenos Aires: Aguilar, 1973, pp. 53;57.